



HAL
open science

Unidades fraseológicas e ensino de línguas estrangeiras:

Liliane Santos

► **To cite this version:**

Liliane Santos. Unidades fraseológicas e ensino de línguas estrangeiras:. OSÓRIO, Paulo. Teorias e Usos Linguísticos: Aplicações ao Português Língua Não Materna, LIDEL, pp.247-269, 2017, 978-989-752-258-1. halshs-03647788

HAL Id: halshs-03647788

<https://shs.hal.science/halshs-03647788v1>

Submitted on 29 Apr 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

UNIDADES FRASEOLÓGICAS E ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E DOS PROVÉRBIOS¹

Liliane SANTOS

Universidade Charles-de-Gaulle – Lille 3 (França)
UMR 8163 "Savoirs, Textes, Langage" (CNRS)

INTRODUÇÃO

Entre as dificuldades com as quais se confrontam o professor e o aprendiz de uma língua estrangeira (LE), uma das maiores talvez se encontre na questão das unidades fraseológicas (UF), entre as quais estão os provérbios (Pv) e as expressões idiomáticas (EI). Sendo expressões cristalizadas e indecomponíveis, cujo sentido e cujo emprego são determinados cultural e convencionalmente, os Pv e as EI não estão apenas estreitamente vinculados à situação de enunciação, como apresentam uma significação que não pode ser calculada simplesmente pela conjunção do léxico com a gramática (ou seja, uma significação que não corresponde à soma dos significados individuais dos seus constituintes). Além disso, é importante observar que (Xatara, 1995: 200):

"A aquisição da maioria das combinações idiomáticas se faz de forma não sistemática, em leituras ou conversas, desde que o falante esteja atento a elas. Além disso, esse indivíduo só perceberá que se trata de uma expressão consagrada quando a ouvir repetidas vezes. Então, poderá memorizá-las e utilizá-las quando a situação e o contexto as transformarem num fator específico de eficácia comunicacional."

O conjunto dos elementos delineados permite perceber por que razão o domínio das lexias complexas representa um capítulo à parte no ensino de uma LE². No entanto, não me ocuparei aqui do problema da sua aquisição: o meu objetivo principal é apresentar algumas reflexões sobre os elementos que considero necessários à elaboração de uma metodologia de trabalho no ensino de uma LE. Como tal, começarei por uma breve revisão da literatura a respeito das UF que me parecem interessantes, de modo a estabelecer a sua definição em contornos mais precisos do que os anteriormente esboçados. Em segundo lugar, centrarei a atenção na questão da sua tradução e do seu tratamento pelos estudos lexicográficos. Em terceiro lugar, discutirei a problemática do lugar ocupado pelo estudo dos Pv e das EI no ensino de línguas, examinando, em quarto lugar, uma proposta de análise morfossintática e de classificação das EI numa perspetiva contrastiva. A esse exame, seguir-se-á a apresentação do meu ponto de vista sobre a questão da utilização dessas

¹ Este trabalho retoma e aprofunda a reflexão apresentada em Santos (2011, 2012).

² Neste sentido, Xatara e Succi (2008: 39) referem "a dificuldade que a decodificação dessa linguagem figurada representa para a criança, em se tratando da aquisição da língua materna ou na aquisição de uma língua estrangeira, para adultos."

expressões no ensino de uma LE, momento em que apresentarei alguns elementos que julgo importante levar em conta aquando da elaboração de uma metodologia de ensino. Para concluir, apresentarei as conclusões, em que destacarei os pontos mais importantes da minha argumentação e abrirei a possibilidade de utilizar uma metodologia semelhante à que sugiro para o ensino dos Pv e das EI no ensino das demais UF. Tendo em conta a minha experiência de quase 10 anos como professora de português em França, e do facto de que o francês é a LE que melhor conheço e domino, a discussão que apresentarei far-se-á, principalmente, em torno do português e do francês.

Convém notar que, tendo em vista o escopo deste trabalho, não aprofundarei a discussão sobre os critérios de reconhecimento dos Pv e das EI, embora apresente alguns deles. De modo semelhante, não tratarei dos critérios que permitem identificar e distinguir as diferentes UF (colocação, locução, refrão, ditado, adágio, provérbio, expressão idiomática, entre muitas outras), com exceção de uma breve alusão aos critérios que diferenciam os Pv das EI. Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, remeto aos trabalhos de Matias (2008), Pedro (2007), Reis (2008) e Xatara e Succi (2008), que apresentam, cada um, uma longa discussão a respeito dos critérios que permitem identificar e caracterizar uma EI (no caso do primeiro e do terceiro trabalhos), um Pv (no caso do último), assim como Pv, EI e as demais UF (no caso do segundo). Remeto também a Xatara (2001), que apresenta o conjunto de sete “delimitações” às quais obedeceu a elaboração do seu *Dictionnaire d'expressions idiomatiques Français-Portugais-Français*³.

Por último, gostaria de referir que, quando se trata de estudos contrastivos, prefiro (mesmo que a maioria dos autores não se preocupe em estabelecer essa diferença) utilizar o termo “correspondência”, em detrimento do termo “equivalência”, uma vez que, como indicam Riva e Rios (2002: 7), este último “traz em sua etimologia a ideia de uma ‘igualdade de valor’, [o] que não (...) [corresponde ao meu] objetivo”.

DEFINIÇÕES

Como já indicado, Pv e EI constituem dois tipos de UF. Mas o que são UF? Sem entrar nos detalhes de uma discussão que escapa aos limites deste trabalho, apresento, aqui, as cinco características das UF segundo Corpas Pastor (1996: 19-28):

- Trata-se de expressões formadas por várias palavras.
- O seu uso frequente tornou-as convencionais (isto é, são expressões institucionalizadas).

³ Publicado online, o *Dictionnaire d'expressions idiomatiques Français-Portugais-Français* de Xatara (2007) comporta 2 459 expressões em francês e 1 459 em português do Brasil (PB). Consultar www.cnrtl.fr/dictionnaires/expressions_idiomatiques/index_pf.php, para a versão em PB, e www.cnrtl.fr/dictionnaires/expressions_idiomatiques, para a versão em francês (consultado em dezembro de 2009).

- São estáveis (ou seja, as suas componentes mantêm uma certa ordem).
- Geralmente, têm um significado figurado ou metafórico.
- As suas componentes podem sofrer modificações, dentro de certos limites.

A essas características, acrescento a definição de Ortíz Álvarez (2000: 73), segundo a qual uma UF é “uma combinação de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos”.

Com esses elementos básicos em mãos, apresentarei, em grandes linhas, uma definição dos Pv e das EI, começando por estas últimas.

Se, durante muito tempo, o estudo das expressões idiomáticas (ou idiomatismos) esteve excluído dos estudos linguísticos⁴, é em trabalhos mais recentes, interessados por questões semânticas, pragmáticas e discursivas que podem ser encontradas as primeiras definições dessas UF. É o caso, por exemplo, de Chafe (1970), para quem as EI são estruturas que representam combinações de morfemas que não constituem unidades semânticas por si sós, mas que, em conjunto, constituem uma nova unidade semântica. Nesse mesmo sentido, Caramori (2006: 49) sublinha o facto de que uma EI “não possui autonomia frástica completa”, sublinhando também que “a somatória do significado de cada palavra não corresponde ao sentido do todo”.

Do mesmo modo, ao discutir o problema da segmentação das unidades lexicais no discurso, Biderman (1978: 133) define os idiomatismos como “combinatórias de lexemas que o uso consagrou numa determinada sequência e cujo significado não é a somatória das suas partes” e, nessa mesma linha de pensamento, Tagnin (1988: 44) define como idiomáticas “aquelas expressões que não podem ser decodificadas literalmente, ou seja, cujo significado é convencionalizado, não resultando da somatória do significado de seus elementos”. Noutro trabalho, e com o objetivo de distinguir “idiomaticidade” de “convencionalidade”, essa mesma autora (Tagnin, 1989: 13) afirma que “uma expressão é idiomática apenas quando seu significado não é transparente, isto é, quando o significado da expressão toda não corresponde à somatória do significado de cada um de seus elementos”⁵.

Por sua parte, Reis (2008: 20-21), acentuando a cristalização como característica definidora das EI, afirma que “são expressões fixas; isso quer dizer que são unidades lexicais que não admitem inserção nem substituição por outros itens lexicais” e que “uma vez cristalizada, a EI não admite substituição de qualquer de suas palavras componentes”.

⁴ De acordo com Xatara (1995: 196), isso deve-se ao facto de que “tendo a língua (*langue*) permanecido por muito tempo o objeto da lingüística, os idiomatismos foram automaticamente excluídos por pertencerem, *a priori*, à fala (*parole*)”. Além disso, “por muito tempo a semântica e a pragmática foram marginalizadas, ciências essas imprescindíveis para o estudo das EI”. Note-se que essas observações podem ser utilizadas também para os provérbios, sem nenhuma adaptação.

⁵ Para a autora, “toda expressão idiomática é também convencional, mas nem toda expressão convencional é idiomática. (...) ‘Feliz Natal’ é convencional, porém, não idiomática, pois seu sentido é transparente” (1989: 13).

Como se vê, essas definições põem em relevo três traços característicos das EI:

- No plano lexical, o facto de constituírem unidades estáveis (fixas), pela combinação de morfemas/lexemas.
- No plano sintático, o seu carácter indecomponível, aliado ao facto de não constituírem unidades frásticas independentes.
- No plano semântico, uma significação opaca e que não corresponde à soma dos significados dos seus elementos constituintes.

A esse conjunto, acrescentarei dois outros traços característicos, apresentados de modo subjacente nas definições anteriores:

- No plano pragmático, a relação estreita que entretêm com a situação de enunciação.
- No plano cultural, a sua fixação e consagração pelo uso, além do facto de revelarem a visão do mundo própria de uma determinada cultura.

E é justamente esse conjunto de cinco traços que Xatara e Oliveira (2002: 57) utilizam para definir expressão idiomática:

“Toda lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural. Por isso, é uma unidade locucional ou frasal que constitui uma combinatória fechada, de distribuição única ou bastante restrita, e, desse modo, seus componentes não podem mais ser dissociados significando uma outra coisa, ou seja, sua interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos significados individuais de seus elementos”.

Note-se que, dessa definição, é ainda possível depreender que o processo de cristalização das EI é o fator responsável pela sua estabilidade semântica, a qual, por sua vez, não somente possibilita a sua transmissão de geração em geração, mas justamente a sua consagração pela tradição cultural.

Quanto aos Pv, para Pedro (2007: 42), eles “têm vida própria, apresentam um grau de generalidade e são introduzidos no discurso. Não permitem variações de sujeito, de complementos nem de tempo [verbal]; normalmente, restringem-se à terceira pessoa do singular do presente do indicativo”⁶, definição que não está muito longe daquela que propõem Xatara e Succi (2008: 35):

“Provérbio é uma unidade léxica fraseológica fixa e consagrada por determinada comunidade lingüística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar”.

⁶ Evidentemente, algumas dessas características formais devem ser compreendidas como propriedades gerais. No que diz respeito às formas verbais, por exemplo, Rocha (1995) mostra que os provérbios utilizam tempos e modos verbais diferentes do presente (futuro simples, pretérito perfeito, futuro do pretérito/condicional, infinitivo, imperativo), além da elipse do verbo.

Mais adiante, acrescentam que entendem (Xatara e Succi, 2008: 35):

“Ser o provérbio uma unidade léxica (UL) complexa que não permite que o seu significado seja calculado pelos significados isolados de cada uma das ULs simples contidas em seu interior. Isso equivale a dizer que, para um enunciado ser identificado fraseologicamente como provérbio, a compreensão semântica global desse enunciado só será alcançada considerando-se o conjunto de seus constituintes.”

Ao estudar os Pv no âmbito da linguística da enunciação, Rocha (1995: 15), por sua vez, destaca o facto de que “o provérbio constitui um enunciado de caráter sempre ‘atributivo’ e nunca ‘referencial’”, o que significa que “os provérbios não podem ser enunciados no sentido estrito do termo, pois não se produzem no ato da enunciação (são reenunciados, ou citados) e não se referem aos seres presentes no universo da enunciação, ou o fazem indiretamente, de maneira ambígua e proveitosa para as intenções do locutor”.

Por sua vez, Succi (2006: 31), que observa o fenómeno tanto do ponto de vista paremiológico como do ponto de vista enunciativo, define o Pv como:

“Uma UL [unidade linguística] fraseológica relativamente fixa, consagrada por determinada comunidade linguística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula em enunciados conotativos, sucintos e completos, empregando-os como um discurso polifônico de autoridade, por encerrar um valor moral atemporal ou verdades ditas universais e por representar uma tradição popular transmitida até milenarmente entre as gerações.”

Por fim, ao reunir as diferentes características do Pv enquanto enunciado fraseológico, Xatara e Succi (2008: 45-46), chamam a atenção para o facto de que devem ser considerados três campos diferentes: a sintaxe, a semântica e a pragmática, referindo que não existe necessariamente um único Pv que reúna todas as características em questão. Assim, do ponto de vista sintático, são cinco as características do Pv:

- É uma unidade linguística conotativa e (geralmente) concisa.
- É conjugado em diferentes tempos verbais, mas, sobretudo, no Presente ou no Futuro.
- Na maioria das vezes, apresenta verbos impessoais.
- É um enunciado completo, ou seja, dispensa qualquer especificação de sujeito, assim como dispensa complementos verbais.
- Pode combinar diferentes recursos estilísticos (rima, aliteração, assonância, elipse de artigo, repetição de palavras, hipérbole, antítese, dialogismo, paronomásia, trocadilho, etc.)⁷.

⁷ Rocha (1995: 11) sublinha outras características: “formalmente, [o provérbio] é um verso ou quase verso, apresentando muitas vezes rima, assonância, metáforas, estrutura geralmente bimembre, elipse, etc.”.

Do ponto de vista semântico, o Pv:

- Representa uma verdade geral que resume experiências vividas por mais de uma pessoa, sejam sentimentos (raiva, decepção, revolta, carinho, saudade, etc.) ou posicionamentos (sobre classe social, idade, raça, sexo, religião, etc.).
- Pretende ser universalmente válido, mas, às vezes, apresenta um valor peculiar restrito a uma região.

Por fim, do ponto de vista pragmático, o Pv apresenta sete traços característicos:

- É atemporal e ocorre mais frequentemente na modalidade oral.
- É aprovado pela coletividade e transmitido de geração em geração.
- Não tem autoria, pois suas condições de produção foram apagadas.
- É utilizado para apoiar ou ilustrar uma fala, assim como para argumentar, aconselhar, persuadir ou controlar condutas.
- Pode ser compreendido isoladamente, mas quase sempre é utilizado em função de um contexto, devido à sua intertextualidade.
- Funciona como uma orientação para o comportamento humano.
- É consagrado por uma determinada comunidade linguística.

As definições apresentadas mostram que são muitos os pontos em comum entre Pv e EI: a sua estabilidade, a sua convencionalidade, a sua cristalização, a sua opacidade, o seu caráter indecomponível, o facto de serem transmitidos de geração a geração, além de serem consagrados pela tradição cultural de uma comunidade linguística, refletindo a visão de mundo própria a essa comunidade. No entanto, Pv e EI não se confundem, na medida em que “esta, além de não representar nenhuma verdade universal, na maioria das vezes é estruturalmente constituída por enunciados incompletos ou UL complexas que constituem partes de enunciados, ao invés de orações completas e fechadas [como é o caso do provérbio]” (Xatara e Succi, 2008: 34).

Como se vê pelas características linguístico-culturais das EI e dos Pv apresentadas, o seu estudo constitui uma problemática de grande interesse para o ensino de uma LE. Mas, antes de tratar especificamente da questão do ensino, abordarei algumas questões ligadas à tradução das EI e dos Pv.

TRADUÇÃO DAS EI E DOS PV: ESTRATÉGIAS E LEXICOGRAFIA

Sendo expressões cristalizadas, cujo sentido não é depreensível da soma dos sentidos dos elementos que as compõem, os Pv e as EI representam, muitas vezes, um sério problema para o tradutor, sendo, por esta razão, objeto da atenção de

alguns estudiosos da área. Por exemplo, Tagnin (1988: 44), ao analisar o que chama “idiomatismos culturais” (“são ‘idiomatismos’, exatamente por não poderem ser decodificados literalmente, e ‘culturais’, por transmitirem um dado cultural”), afirma que “[l]he] parece ser consenso que uma tradução deve perder o mínimo possível de informação do texto original”. Tagnin (1988: 44-45) propõe, então, seis estratégias para a tradução dos idiomatismos culturais, indo da tradução literal ao uso de um “equivalente pragmático”:

- “1. manter a expressão na forma original;
2. manter a expressão na forma original acrescida de nota explicativa;
3. traduzir literalmente;
4. traduzir literalmente, acrescentando nota explicativa;
5. explicar a expressão no texto;
6. empregar um equivalente pragmático. (...)

Manter a expressão na forma ‘original’ significa apenas transcrevê-la, como no caso de *Halloween*, por exemplo. O acréscimo, ou não, de uma nota explicativa dependerá do público a que se destina o texto. (...).

A tradução ‘literal’ é uma tradução lexical, ou seja, cada item é traduzido pelo seu equivalente lexical na língua de chegada. Assim, *Labor Day* é traduzido por ‘Dia do Trabalho’. No caso de não haver uma equivalência pragmática, far-se-á uma nota explicativa esclarecendo a diferença entre as duas culturas.

A ‘explicitação’ se dá quando, ao invés de se traduzir uma expressão, sua explicação é incorporada ao texto.

O equivalente ‘pragmático’ é aquele que é empregado numa mesma situação em culturas diferentes. Por exemplo, ‘Muito prazer’ é o equivalente pragmático do inglês *How do you do?*.”

Por sua vez, Xatara (1998) propõe que a tradução de uma EI inclua, além de uma definição (uma explicação da sua significação), a recuperação do seu valor metafórico. Trabalhando nesse sentido, Gonçalves e Sabino (2001: 65) propõem traduções como as exemplificadas abaixo:

- “(1) *Mettere il carro davanti ai buoi*:
Colocar o carro/a carroça na frente dos bois (equivalente); *precipitar-se* (explicação).
- (2) *Fare il diavolo a quattro*:
Fazer o diabo a quatro (equivalente); *fazer grande balbúrdia, desordem* (explicação).”

No que diz respeito à tradução dos Pv, a situação é bastante diferente: apesar da profusão de obras – monolíngues, bilingues ou multilingues, e principalmente *online* – propondo esse tipo de trabalho, raros são os estudos teóricos sobre o assunto⁸. Privat (1998: 281), por exemplo, chama a atenção para o facto de que:

⁸ Cabe não ignorar a existência de um sem-número de estudos que têm como escopo os Pv das línguas inglesa e chinesa.

“Em comparação com o número de estudos sobre a natureza dos provérbios – do ponto de vista linguístico, etnolinguístico ou sociocultural –, há poucas publicações sobre a sua tradução, sejam trabalhos teóricos (sobre a problemática específica da tradução dos provérbios ou reflexões sobre a sua tradução em obras literárias), sejam livros que apresentem o produto acabado, listas ou coletâneas de provérbios numa língua, acompanhadas pela sua tradução numa outra língua.

As teses de doutorado que abordam o problema da paremiologia sob um ângulo comparatista (entre duas línguas) fixam como único objetivo a comparação da forma e do conteúdo dos provérbios, sem enfrentar os problemas próprios à atividade tradutória.”

De modo semelhante, Quitout e Muñoz (2009a: 5) afirmam que “se as publicações (...) [acadêmicas] consagradas aos provérbios são tão pouco numerosas, são ainda mais raras as que se dedicam à problemática específica da sua tradução”⁹. Apesar disso, é possível encontrar alguns trabalhos nos quais a questão da tradução é tratada. É o caso, por exemplo, de Privat (1998: 282-285), que propõe três estratégias:

- A utilização de um equivalente,
- A tradução literal (com ou sem nota explicativa).
- A invenção/reconstrução de um falso Pv¹⁰.

Uma outra maneira de tratar a tradução dos Pv consiste em examinar as estratégias utilizadas por um tradutor, ou seja, utilizar como *corpus* uma obra já publicada. É o que faz Chacoto (2009: 73-78), que, analisando uma tradução portuguesa de *La Celestina*, de Fernando de Rojas, encontra sete estratégias:

- A correspondência total.
- A correspondência parcial.
- A tradução literal.
- A substituição (por um Pv de sentido próximo).
- A redução (os Pv não são citados na sua forma completa).
- A adição (o tradutor “completa” o Pv).
- A incompreensão do sentido (o tradutor engana-se quanto ao sentido de um Pv).

Apesar de este último ponto não constituir exatamente uma “estratégia” (trata-se mais de um “erro” do tradutor), é possível observar que as estratégias empregues para traduzir EI e Pv, propostas pelos autores consultados, são bastante semelhan-

⁹ O trabalho de Rocha (1995) é uma ilustração desse ponto. Embora a autora apresente uma análise comparada francês-português, em nenhum momento ela discute os critérios utilizados para a tradução dos Pv que estuda, apresentando unicamente o produto final. A sua análise preocupa-se, portanto, com a forma e o conteúdo dos Pv, sem se preocupar em apresentar as razões que a levam a preferir este ou aquele Pv português como tradução deste ou daquele Pv francês e, mais ainda, sem indicar o que fazer nos casos em que não há equivalência.

¹⁰ Em outro trabalho, Privat (1997: 258) ironiza a respeito do trabalho de um tradutor de *La Celestina*, que “várias vezes eliminou pura e simplesmente os provérbios que causavam problema”. Segundo Privat (1997), “esta seria uma quarta solução!”.

tes. Isso mostra, mais uma vez, o interesse de trabalhar as UF em conjunto quando se trata do seu ensino.

Um outro domínio para o qual a questão da tradução das EI e dos Pv é de extrema importância é o seu tratamento lexicográfico, ou seja, o seu tratamento pelos dicionários. Com efeito, diferentes questões colocam-se aos dicionaristas, entre as quais se pode, como faz Xatara (1995: 197), citar as seguintes:

“As EI são grupos de lexias indecomponíveis, salvo numa perspectiva etimológica ou histórica. Em sincronia, pela análise distribucional ou funcional, tais grupos formam uma unidade lexical (unidade à qual corresponde um só significado). Deveriam, portanto, constituir entradas específicas nos dicionários, o que, infelizmente, não ocorre.

Por outro lado, há outro inconveniente para se localizar num dicionário uma EI: qual o critério, seguro e único, para distinguir um termo de uma expressão e não outro como palavra-chave e, então, no verbete referente a esse termo, encontrar tal idiomatismo?”

Uma constatação semelhante é feita por Caramori (2006: 50 e 53):

“Constatou-se em tais obras [dicionários], principalmente nas de língua portuguesa, uma grande irregularidade nos critérios de seleção das expressões. Câmara Cascudo, por exemplo, inicia o prefácio da 1.^a edição de 1970 de *Locuções Tradicionais no Brasil* com a seguinte frase: ‘Todas as locuções reunidas neste livro foram ouvidas por mim’. Os dicionários bilingues de língua geral apresentam as expressões distribuídas de maneira não uniforme (alguns verbetes apresentam muitas, outros, muito poucas). (...) [Além disso,] uma breve análise dos dicionários bilingues mais prestigiados e utilizados no Brasil comprova como as expressões possuem, nessas obras, tratamento irregular.”

Partindo de observações similares, Rodrigues (2009: 3) argumenta a favor da elaboração de dicionários especializados, como meio de “proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências que, muitas vezes, o próprio dicionário geral não pode [proporcionar]”.

A resposta a essas questões é dada por Xatara (2001: 2), ao decidir utilizar, no seu *Dictionnaire d'expression Idiomatique Français-Portugais-Français*, já citado, uma:

“Classificação alfabético-semasiológica das EIs, desconsiderando a classificação que repousa na noção de palavra-chave, para que o usuário não tenha que adivinhar ou se prender à lógica do dicionarista, o qual pode atribuir à palavra-chave o componente mais raro ou menos frequente ou determiná-la segundo uma hierarquia de categorias gramaticais (primeiramente o substantivo, depois o adjetivo, o advérbio e o verbo).”

No que concerne ao tratamento lexicográfico dos Pv, também aqui são raros os trabalhos académicos a respeito, embora, como assinalado, os dicionários e as

coletâneas de provérbios abundem principalmente *online*. Contudo, é possível encontrar algumas observações a esse respeito em Privat (1998: 285), que, ao tratar da estratégia a escolher para a tradução de um Pv, afirma que:

“A solução dependerá do objetivo da tradução. E por que é que se pode querer traduzir um provérbio de uma língua X num provérbio numa língua Y? Parece-me que há três situações, [que correspondem a] três objetivos diferentes: apresentar os provérbios estrangeiros num dicionário ou numa coletânea monolíngue de provérbios, fazer um dicionário de provérbios, bilingue ou multilíngue, ou ainda abordar a tradução dos provérbios que ocorrem num texto literário.”

Evidentemente, é possível imaginar outras razões para a tradução dos Pv (por exemplo, um estudo comparativo das culturas de diferentes comunidades). Penso, no entanto, que, qualquer que seja a motivação desse trabalho, é possível utilizar para a lexicografia dos Pv as mesmas questões colocadas para o trabalho com as EI, na medida em que também se trata de UF complexas. A observação das escolhas feitas pelos autores dos dicionários e coletâneas existentes também pode fornecer indicações interessantes quanto aos critérios utilizados. Assim, por exemplo, muitas vezes os dicionários e coletâneas – monolíngues, bilingues ou multilíngues – apresentam os Pv por ordem alfabética. Quanto aos estudos mais especializados, estes, em geral, reúnem os Pv por temas (“partes do corpo”, “animais”, etc.), apresentando-os ou em ordem alfabética ou por palavra-chave (uma palavra-chave corresponde, geralmente, a um subtema, como, por exemplo, “orelhas” ou “mãos” para o tema “partes do corpo”).

Embora tais questões sejam extremamente interessantes e relevantes, não estenderei aqui os meus comentários sobre o tratamento das EI e dos Pv pela lexicografia, na medida em que essa problemática foge ao escopo deste trabalho. Considero importante assinalar, todavia, que a quase inexistência e a insuficiência de dicionários especializados¹¹, aliada ao tratamento geralmente precário da questão pelos dicionários gerais, incitam o tradutor a lançar mão de estratégias como as sugeridas por Tagnin e as examinadas por Privat, com base no seu conhecimento das línguas e das culturas de partida e de chegada e na sua intimidade com elas, além de dificultarem a tarefa do professor e do aprendiz de uma LE. É por esta razão que, daqui em diante, tratarei mais especificamente de questões relacionadas com o ensino.

O LUGAR DAS EI E DOS PV NO ENSINO DE LÍNGUAS

Como se poderia esperar, é possível observar que o ensino do léxico em geral – e das EI e dos Pv em particular – acompanhou e refletiu a evolução das concepções

¹¹ Exceção feita, evidentemente, ao *Dictionnaire d'expression Idiomatique Français-Portugais-Français* de Xatara, que, como indicado, contempla unicamente as EI do PB e do francês.

teóricas sobre o ensino de línguas e, mais especificamente, sobre o ensino de LE, os progressos da linguística geral, da psicolinguística e da sociolinguística, tendo uma repercussão bastante tênue e lenta sobre os métodos e concepções de ensino. Sendo assim, para os primeiros métodos de ensino de língua (materna ou estrangeira), que adotavam uma perspectiva eminentemente normativa, os Pv e as EI (assim como as UF no seu conjunto) não constituíam um objeto de atenção, na medida em que, como já indicado, eram considerados fenómenos marginais, pertencentes à fala (*parole*) e na medida em que, ao mesmo tempo, os factos semânticos, discursivos e pragmáticos se encontravam igualmente marginalizados. Como se sabe, as línguas eram ensinadas e aprendidas através do estudo dos clássicos literários.

A partir dos anos 40 e até os anos 60 do século XX, são as concepções behavioristas que prevalecem: os métodos de ensino são, portanto, predominantemente: (i) comportamentalistas, do ponto de vista psicológico; (ii) audiolinguais, do ponto de vista pedagógico; e (iii) estruturalistas, do ponto de vista linguístico. É nesse contexto que os computadores e os laboratórios de línguas foram introduzidos como instrumentos de ensino/aprendizagem, sendo o seu uso orientado pela ideia de repetição, imitação e aquisição de hábitos desejáveis. Também nessa concepção de ensino de línguas, não há muito espaço para o tratamento das UF, uma vez que o processo de ensino/aprendizagem é tratado a partir de uma perspectiva mecanicista e comportamental.

Os anos 70-80 do século XX veem a prevalência da abordagem comunicativa, isto é, a linguagem passa a ser vista como um instrumento de comunicação. Embora nessa abordagem do ensino/aprendizagem de línguas os conteúdos programáticos se baseiem numa concepção nocional-funcional e o próprio processo de ensino/aprendizagem seja visto de maneira mentalista-cognitivista, segundo Xatara (1995: 199):

“A competência estratégica dos falantes-ouvintes continua tropeçando num dogmatismo doutrinário que deixa várias lacunas no ensino do léxico.

São problemas fundamentais, relativos à compatibilização da visão de língua (a ser ensinada/aprendida) como discurso, à seleção do material lexical pertencente a cada fase de aquisição dessa língua, e aos meios adequados para permitir aos alunos a interiorização das coerções semântico-sintáticas em língua e em discurso. Dentre esses problemas, aparece a questão dos idiomatismos.”

Apesar de o estudo da semântica ter deixado de ocupar a posição secundária ocupada até então, este ainda não é o caso do estudo do léxico (e das UF), mesmo se este constitui uma das maiores dificuldades no domínio de uma LE, por ser o meio pelo qual se tem acesso à visão do mundo de cada cultura: é por essa razão que as UF levam mais tempo a ser adquiridas do que o restante do léxico. Note-se ainda que, para dominar as UF, um aprendiz deve “memorizar um grande repertório de formas cristalizadas, conhecer o seu significado metafórico e saber adequá-las a contextos específicos” (Xatara, 1995: 199).

Foi a abordagem comunicativa do ensino de línguas que deu origem à concepção interacionista, segundo a qual as bases da aprendizagem de uma língua são

a interação com outros falantes e a negociação dos significados em situações reais de comunicação. Na abordagem interacionista, o erro deixa de ser visto como um empecilho a ser evitado a todo custo, passando a ser concebido como parte integrante e essencial da aprendizagem. Pode-se notar, a partir daí, uma mudança de paradigma no ensino/aprendizagem de línguas, pois o seu objetivo passa a ser a aquisição da “competência comunicativa”, isto é, da capacidade de utilizar a língua de maneira autónoma e apropriada às diferentes situações de comunicação, na interação com falantes reais. Do meu ponto de vista, essa é a perspectiva que permite o tratamento adequado das UF no ensino/aprendizagem de LE.

No entanto, antes de apresentar a minha proposta de tratamento das EI e dos Pv no ensino/aprendizagem de línguas, farei um exame da proposta de análise e classificação das EI de Gonçalves e Sabino (2001), que utilizam uma perspectiva contrastiva português-italiano.

A PROPOSTA DE GONÇALVES E SABINO (2001)¹²

Ao tratar das EI em português e em italiano, Gonçalves e Sabino (2001: 68-73) propõem que sejam classificadas com base nos critérios de identidade, semelhança e diferença¹³ dos “signos motivadores das metáforas”, o que resulta em quatro grandes grupos, como resumido e exemplificado no Quadro 1.

EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO IDÊNTICOS	EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO SEMELHANTES	EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO DIFERENTES
EI morfossintaticamente idênticas¹⁴		
<i>Mostrate i denti</i> ↓ Mostrar os dentes	<i>Mangiare quanto un grillo</i> ↓ Comer como um passarinho	<i>Prendere fiaschi per fiaschi</i> ↓ Misturar alhos com bugalhos
EI morfossintaticamente semelhantes¹⁵		
<i>Non aprir becco</i> ↓ Não abrir o bico	<i>Esserci quattro gatti</i> ↓ Ter meia dúzia de gatos pingados	<i>Imbarcare in un brutto affare</i> ↓ Entrar/embarcar num(a) barco/canoa furado(a)

¹² Não foi possível encontrar estudos semelhantes a respeito dos Pv. Essa situação deve-se, possivelmente, à já mencionada escassez de estudos contrastivos nesse domínio.

¹³ Para tal, baseiam-se nos critérios propostos por Steinberg (1985) para os provérbios.

¹⁴ “Aqueles que possuem morfologia e sintaxe idêntica em ambas as línguas” (Gonçalves e Sabino, 2001: 68).

¹⁵ “Aqueles que possuem morfologia e sintaxe parecidas (semelhantes) em ambas as línguas (Gonçalves e Sabino, 2001: 70).

El CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO IDÊNTICOS	El CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO SEMELHANTES	El CUJOS SIGNOS MOTIVADORES DAS METÁFORAS SÃO DIFERENTES
El morfossintaticamente diferentes ¹⁶		
<i>Far rizzare i capelli</i> ↓ Deixar o cabelo em pé/ /Ficar com o cabelo em pé	<i>Giocare a carte scoperte</i> ↓ Pôr as cartas na mesa	<i>Fare l'indiano</i> ↓ Dar uma de João-sem-braço
El sem um equivalente preciso na língua de chegada		

Quadro 1 – Classificação das EI

Fonte: Gonçalves e Sabino (2001: 68-73).

Embora interessante, esta proposta apresenta, pelo menos, dois inconvenientes. O primeiro é a não definição do conceito de “signo motivador da metáfora” e de critérios seguros para a sua determinação. Por exemplo, examinando os exemplos do Quadro 10.1, pode-se perguntar por que razão o par *Giocare a carte scoperte* / “Pôr as cartas na mesa” pertence à segunda categoria (“El cujos signos motivadores das metáforas são semelhantes”), e não à primeira (“El cujos signos motivadores das metáforas são idênticos”). Dito de outro modo: qual é o “signo motivador da metáfora” escolhido pelas autoras e que critérios determinam essa escolha? As mesmas questões podem ser colocadas em relação ao par *Mangiare quanto un grillo* / “Comer como um passarinho”: tendo em vista a sua classificação na segunda categoria, pode-se deduzir que o “signo motivador da metáfora” é o substantivo (*grillo* / “passarinho”). Mas por que razão não poderia ser o verbo (*mangiare* / “comer”)? Se fosse esse o caso, essa EI seria classificada como pertencente à primeira categoria. Portanto, o problema da utilização deste tipo de critério é que ele deixa margem para dúvidas que não podem ser resolvidas, além de fazer aparecer interpretações sobre as quais não se pode afirmar com segurança se são corretas. Nesse sentido, o conceito de “signo motivador da metáfora” parece ser bastante semelhante à noção (utilizada por muitos autores) de “palavra-chave”, noção esta que provoca os problemas apontados por Xatara (2001: 2) em relação à inclusão das EI em dicionários:

“Por exemplo, para localizarmos *laisser passer l'eau sous le pont* (deixar correr o marfim), poderíamos procurá-la sob a entrada de um substantivo (*eau* ou *pont*?) ou sob a entrada do componente de menor freqüência (seria *sous*?). Mas qual consideração impõe ao lexicógrafo a escolha segura dessa ou daquela palavra-chave?”

¹⁶ “Aqueles que possuem morfologia e sintaxe diferentes, em ambas as línguas” (Gonçalves e Sabino, 2001: 71).

O segundo inconveniente da proposta de Gonçalves e Sabino (2001) está relacionado com a própria ideia de utilizar critérios morfossintáticos para a classificação das EI: não somente esses critérios levam a uma descrição pouco elegante, já que é extremamente extensa e “pesada”, mas, principalmente, porque essa classificação não ensina muita coisa a respeito da correspondência ou não das EI entre as duas línguas, embora o critério semântico-discursivo – que está subjacente à noção de “signo motivador da metáfora” e à noção de “equivalência” – mostre ser, afinal, o critério utilizado para os agrupamentos propostos (veja-se o quarto grupo, “EI sem equivalente preciso na língua de chegada”).

No entanto, a eleição do critério morfossintático como determinante para a categorização proposta leva as autoras a examinar minúcias que não são úteis nem à descrição nem à aprendizagem das EI nas línguas estudadas. Isso fica mais claro aquando da análise das EI semelhantes e das EI diferentes do ponto de vista morfossintático, análise esta que se encontra resumida no Quadro 2.

EI MORFOSSINTATICAMENTE SEMELHANTES						
EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO IDÊNTICOS						
<i>Far</i>	<i>venire</i>	-	<i>l'</i>	<i>acqua/acquolina</i>	<i>in</i>	<i>bocca</i>
Dar	-	-	-	água	na	boca
Fazer	ficar	com	-	água	na	boca
EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO SEMELHANTES						
<i>Dare/fare</i>	<i>una</i>	<i>lavata</i>	<i>di</i>	<i>capo/testa</i>	<i>a</i>	<i>qualcuno</i>
Dar	uma	lavada	-	-	em	alguém
Passar	um	sabão	-	-	em	alguém
EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO DIFERENTES						
<i>Essere</i>	<i>fatto</i>	<i>con</i>	<i>l'</i>	<i>accetta</i>		
Ser	feito	com	-			cuspo
EI MORFOSSINTATICAMENTE DIFERENTES						
EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO IDÊNTICOS						
<i>Non torcere</i>	-	<i>un</i>	-	<i>capello</i>	<i>a</i>	<i>qualcuno</i>
Não tocar	em	um	fio de	cabelo	de	alguém

EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO SEMELHANTES						
<i>Avere</i>	<i>la</i>	<i>bocca</i>	<i>che</i>	<i>puzza</i>	<i>di</i>	<i>latte</i>
Estar (ainda)	-	-	-	cheirando	a	leite
EI MORFOSSINTATICAMENTE DIFERENTES						
EI CUJOS SIGNOS MOTIVADORES SÃO DIFERENTES						
<i>Essere</i>	<i>come</i>	<i>mamma</i>	<i>l'</i>	<i>ha</i>	<i>fatto</i>	
Estar	como	-	veio	ao	modo	
Estar	como	-	-	-	-	nasceu

Quadro 2 – EI morfossintaticamente semelhantes e diferentes
 Fonte: Exemplos extraídos de Gonçalves e Sabino (2001: 70-73).

Indo um pouco mais longe, pode-se dizer que a escolha do critério morfossintático para a descrição e a análise das EI provoca efeitos indesejáveis, na medida em que dá a entender que categorias gramaticais diferentes são comparáveis ou equivalentes. Essa situação pode ser observada no par *Essere come mamma l'ha fatto* “Estar como veio ao mundo/(Estar como nasceu)”, além do par abaixo (Gonçalves e Sabino, 2001: 73):

(3)

<i>Sapere</i>	<i>qualcosa</i>	<i>come</i>	<i>l'</i>	<i>avemaria</i>
Saber	algo	de cor	e	salteado

De modo semelhante, este tipo de critério não permite observar – em todo o caso, as autoras não chamam a atenção para esse facto – que, em certos casos, o que se tem é uma simples troca de posição dos constituintes, como exemplificado pelo par abaixo (Gonçalves e Sabino, 2001: 71):

(4)

<i>Mettere</i>	<i>fuori</i>	<i>le</i>	<i>unghie</i>	-	-
Pôr	-	as	garras	de	fora

De acordo com as autoras (Gonçalves e Sabino, 2001: 74):

“Obviamente não estamos pensando, e muito menos sugerindo, que [essas quatro relações possíveis, presentes na análise contrastiva das expressões] fossem fielmente memorizadas pelos aprendizes e, depois, rigorosamente acionadas pela memória de cada um, na tentativa de encaixar cada expressão em uma das

relações apontadas. Se fosse assim, essa estratégia, ao invés de simplificar a difícil tarefa daqueles que almejam obter o domínio das expressões idiomáticas, acabaria, indubitavelmente, tornando-a muito mais árdua e penosa.

Assim sendo, o objetivo desta análise contrastiva foi alertar o aprendiz sobre as igualdades, semelhanças, diferenças e falta de equivalência entre unidades lexicais (simples ou) complexas de duas (ou mais) línguas, de modo que, de posse desses instrumentos e baseado em suas experiências de aprender, o aprendiz consiga se valer de estratégias próprias que possam minimizar seus esforços, quando sua meta é obter o domínio das expressões idiomáticas da língua estrangeira.”.

Todavia, a sua análise, assim como a sua proposta de classificação, constitui, na realidade, uma demonstração de que o tratamento das EI, por qualquer método que as decomponha, é um equívoco, já que se trata, por definição, de expressões “indecomponíveis e cristalizadas” – como, aliás, as próprias autoras indicam na introdução do seu trabalho (Gonçalves e Sabino, 2001). É por essa razão que apresentarei, a seguir, uma proposta de classificação das EI e dos Pv que se centra nas suas condições de utilização, considerando-os na sua globalidade.

EI, PV, TRADUÇÃO E ENSINO: O MEU PONTO DE VISTA

Partindo do princípio de que o trabalho com as UF deve privilegiar, por um lado, os seus aspetos semânticos, pragmáticos e discursivos e, por outro, o ponto de vista do aprendiz, sugiro que sejam sistematicamente postos em relação com as suas situações e condições de utilização. Em outros termos, a pergunta a fazer não é tanto “o que significa o Pv ou a EI x?” ou “como se constitui o Pv ou a EI x?”, mas, antes, “em que situações se utiliza o Pv ou a EI x?”.

Evidentemente, também é importante ter em consideração a modalidade oral/escrita da língua, o registo, formal ou informal (assim como as diferentes combinações possíveis entre modalidade e registo), além, no caso da língua portuguesa (LP), da variante europeia ou brasileira – quer o português seja a língua de partida quer seja a língua de chegada.

Com relação aos fatores “modalidade” e “registo”, é possível observar, com Xatara (1995: 195), que as EI “fazem parte da linguagem comum de registo informal” e que elas (Xatara, 2001: 2):

“[se] encontram, em sua grande maioria, no nível coloquial (linguagem informal), que usa palavras novas, imagens pitorescas, sentidas como ‘anormalidades’, sem que a frequência de seus desvios constitua uma deformação que torne ‘inaceitáveis’ as mensagens dadas.”

Evidentemente, na medida em que os dois fatores em questão constituem “contínuos”, e não entidades estanques, não se trata de classificar de maneira definitiva as

El e os Pv, mas de indicar a sua esfera de atuação ou as suas tendências de utilização. Assim, pode-se observar, em relação à modalidade da língua e ao registo, que:

- Algumas EI e alguns Pv são mais utilizados em discursos orais informais: como, por exemplo, “Estar num mato sem cachorro”/*Avoir la dalle*¹⁷ ou “Quem ama o feio, bonito lhe parece”/*Les hommes sont comme les melons: sur dix il y en a un de bon*¹⁸.
- Outros podem ser neutros ou não marcados: como, por exemplo, “Ser cabeça de vento”/*Donner un coup de main*¹⁹ ou “Para bom entendedor, meia palavra basta”/*Avant l’heure, c’est pas l’heure; après l’heure, c’est plus l’heure*²⁰.
- Outros, ainda, podem pertencer a um registo vulgar ou depreciativo: como, por exemplo, “Ter fogo no rabo”/*Péter plus haut que son cul*²¹ ou “Calcanhar de homem, cu de mulher e nariz de cão só aquecem no verão”/*Au cul du foirard, la merde toujours abonde*²².
- Alguns podem ser utilizados em discursos escritos formais: como, por exemplo, “Virar a casaca”/*Tourner casaque* ou Prometer mundos e fundos”/*Promettre monts et merveilles* ou ainda “A palavras loucas, orelhas moucas”/*Faute de grives, on mange des merles*²³.

Com esses elementos em mãos, proponho que as EI e os Pv sejam classificados em quatro tipos:

- “Idênticos”, isto é, aqueles que têm a mesma forma, o mesmo sentido e o mesmo uso:
 - (5) Ser um homem feito → *Être un homme fait*
 - (6) Passar um sabão → *Passer un savon*
 - (7) Mandar passear → *Envoyer promener*
 - (8) Meter o nariz → *Fourrer son nez*
 - (9) Quem dá aos pobres, empresta a Deus → *Qui donne aux pauvres, prête à Dieu*
 - (10) A cavalo dado, não se olha o dente → *À cheval donné, on ne regarde pas les dents*
- “Parafraaseáveis”, isto é, diferentes quanto à forma, mas com o mesmo sentido e o mesmo uso:
 - (11) Bater as botas/Esticar a canela → *Passer l’arme à gauche/Casser sa pipe*

¹⁷ *Avoir la dalle*: “Morrer de fome”.

¹⁸ *Les hommes sont comme les melons: sur dix il y en a un de bon*: “Os homens são como os melões: em cada dez só um é bom”.

¹⁹ *Donner un coup de main*: “Dar uma mãozinha”.

²⁰ *Avant l’heure, c’est pas l’heure; après l’heure, c’est plus l’heure*: “Antes da hora, ainda não é hora; depois da hora, passou da hora”.

²¹ *Péter plus haut que son cul*: literalmente, “Peidar mais alto (do) que o [seu] cu”, isto é, “ser arrogante”.

²² *Au cul du foirard, la merde toujours abonde*: “O cu do medroso está sempre cheio de merda”.

²³ *Faute de grives, on mange des merles*: “Como não há faisão, comemos galinha”.

- (12) Sant(inh)a do pau oco → *Sainte-nitouche*²⁴
 (13) Sair de fininho → *Filer à l'anglaise*
 (14) Comer o pão que o diabo amassou → *Manger de la vache enragée*
 (15) Pedra que (muito) rola não cria limo → *Pierre qui roule n'amasse pas mousse*
 (16) Casa de ferreiro, espeto de pau → *Les cordonniers sont les plus mal chaussés*
 (17) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando/a voar → *Un "tiens" vaut mieux que deux "tu l'auras"*
 (18) De grão em grão, a galinha enche o papo/Grão a grão, enche a galinha o papo → *Petit à petit, l'oiseau fait son nid*

- “Reconhecíveis”, isto é, que não têm um correspondente exato ou idêntico na outra língua, mas cujo sentido pode ser recuperado quando traduzidos ou adaptados²⁵:

- (19) Meter a colher → *Mettre sa petite cuillère* (cp. “*Mettre son grain de sel*”)
 (20) Jogar merda no ventilador → *Foutre la merde au ventil*²⁶ (cp. “*Foutre la merde*”)
 (21) Fiar um algodão ruim/fiar um mau algodão → *Filer un mauvais coton*²⁷
 (22) Ter pavio curto → *Avoir la mèche courte* (cp. “*Partir au quart de tour*”)
 (23) Quem rouba um ovo, rouba um boi → *Qui vole un œuf, vole un bœuf*
 (24) O que não tem remédio, remediado está → *Un problème sans solution est déjà réglé*

- “Intradutíveis”, isto é, que necessitam de uma explicação ou explicitação:

- (26) Pôr uma pá de cal → *Mettre une fin définitive*
 (27) Extremamente demorado → *Long comme un jour sans pain*
 (28) Ocorrer naturalmente/logicamente → *Couler de source*
 (29) Tirar o caval(inh)o da chuva → *Abandonner ses illusions*
 (30) Ter pensamentos sombrios → *Broyer du noir*
 (31) Na sua casa, cada um vive como quer → *Charbonnier est maître chez soi/ /en sa maison*
 (32) Vão-se os anéis, ficam os dedos → *Il vaut mieux abandonner les biens matériels et valoriser l'élément humain*

Essa classificação das EI e dos Pv, feita principalmente em função das suas condições de utilização, permite pensar numa metodologia de ensino em quatro etapas: em primeiro lugar, é possível trabalhar, desde os níveis iniciais (A1-A2 do

²⁴ Note-se que a expressão francesa tem uma conotação eminentemente sexual, ao passo que a EI em LP pode ser utilizada em contextos em que essa conotação não está presente (indicando somente uma atitude/um comportamento considerado hipócrita). Mais precisamente, quando utilizada no masculino e sem o diminutivo “santo do pau oco”, essa EI não apresenta conotações sexuais – que só aparecem, portanto, quando utilizada no feminino, onde o diminutivo parece reforçar essa conotação ou trazer uma nuance pejorativa. No entanto, mesmo no feminino, acompanhada do diminutivo, a EI em questão pode ser utilizada sem conotações sexuais: é o contexto mais amplo em que é utilizada, portanto, que permitirá decidir o valor a ser atribuído a “sant(inh)a do pau oco”. Note-se também que a EI francesa somente é utilizada no feminino.

²⁵ Observe-se que alguns desses exemplos poderiam ser incluídos na classe dos “parafraseáveis”.

²⁶ *Ventilo* é a forma familiar do termo *ventilateur* (“ventilador”).

²⁷ Essa expressão aplica-se às pessoas que se encontram numa situação difícil.

Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas – QECR, os Pv e EI “idênticos” (que têm uma correspondência exata). Como observa Xatara (1995: 199), “ao menos em relação às línguas europeias, muitas EI se traduzem literalmente com o mesmo significado”. Em segundo lugar, nos níveis “intermediários inferiores” (A2-B1 do QECR), é possível trabalhar os Pv e as EI “parafraseáveis” (que compartilham as condições de uso). Em terceiro lugar, é possível trabalhar, nos níveis “intermediários superiores” (B1-C1 do QECR), as EI e os Pv “recuperáveis” (que podem ser traduzidos ou adaptados), deixando para os últimos níveis (C1-C2 do QECR) o trabalho com os Pv e as EI “intradutíveis” (que não têm correspondente). Cumpre observar que, a partir do segundo tipo (“parafraseáveis”), o professor poderá começar a trabalhar sobre a utilização de “estratégias de tradução”, trabalho este que se acentuará à medida que o domínio e a autonomia da língua de chegada aumentar²⁸ nos alunos.

CONCLUSÕES

Como visto, o estudo contrastivo das EI e dos Pv, fundamental para o ensino/aprendizagem de uma LE, deve pautar-se pelo estudo das suas condições de utilização nas línguas estudadas. Em outros termos, professores e alunos têm muito mais a ganhar ao dirigir o foco da sua atenção às “situações” que podem desencadear o emprego de um Pv ou de uma EI do que ao estudar os seus constituintes. Evidentemente, um estudo morfossintático das EI e dos Pv é sempre possível, mas somente na medida em que permitir observar que a morfossintaxe das UF não é diferente da morfossintaxe das formas livres.

Sublinhe-se também que o facto de as minhas observações terem como escopo duas línguas próximas (três, se incluídos os exemplos em italiano) não invalida a metodologia que proponho aquando do trabalho com línguas e culturas mais distantes. É possível prever, sem qualquer dúvida, que a proporção dos Pv e EI “intradutíveis” aumente proporcionalmente à distância entre as línguas e culturas em questão. De modo semelhante, a proporção dos Pv e EI “idênticos” diminuirá em função da distância que as separar; tratar-se-á, portanto, mais de uma questão de proporção do que de metodologia de trabalho.

No que diz respeito à aquisição das EI e dos Pv, Fillmore (1979), chamo a atenção, para o facto de que esta se dá pela sua associação com as situações em que o seu uso é adequado, o que significa que, para a produção e a compreensão dessas expressões, embora necessária, a vinculação do léxico com a gramática – procedimento no qual se baseia mais comumente o ensino de línguas – não é suficiente, pois a sua interpretação, assim como o conhecimento do seu funcionamento e das suas funções “não são previsíveis por pessoas que apenas conhecem a gramática e o vocabulário de uma língua” (Xatara, 1995: 201). Como afirmei, o ensino de uma LE deve privilegiar: (i) o ponto de vista do aprendiz; e (ii) os aspetos semânticos, pragmáticos e discursivos envolvidos no uso das UF.

²⁸ Para sugestões de atividades a desenvolver na aula, consultar, por exemplo, Homolová (2010), Ortiz Álvarez (2000) e Polónia (2009).

Evidentemente, embora o tratamento dessas expressões pelos dicionários – especializados ou gerais – ainda seja precário, não proponho que esse trabalho seja abandonado. Como sublinha Reis (2008: 29), “os dicionários bilingues trazem uma enumeração de equivalências que muitas vezes não satisfazem o consulente, principalmente na sua atividade de produção ou tradução. Isso se deve ao facto de que os equivalentes são dispostos fora de seus contextos de uso”. No entanto, como essa mesma autora argumenta, “é impossível encontrar todas as traduções de todos os itens lexicais apropriados a determinado contexto de uso indicadas nos dicionários” (*id.*, *ibid.*). Esta é mais uma razão para advogar a favor de um ensino que auxilie o aprendiz a se tornar um utilizador autónomo: pela percepção da correspondência entre as situações de enunciação muito mais do que pela focalização da sua atenção nos elementos constituintes das UF.

Ao apresentar um sistema automático de ajuda à tradução, Wehrli (2004: 8) sublinha a importância da “capacidade de reconhecer que um termo (...) pertence a uma expressão cristalizada ou se encontra em situação de coocorrência com outro, independentemente da ordem relativa ou da distância dos constituintes da expressão”; desenvolver a autonomia dos alunos significa, entre outras coisas, desenvolver justamente essa capacidade.

Para concluir, cabe observar que a metodologia de ensino que preconizo para os Pv e as EI também pode ser empregue no trabalho com as demais UF, uma vez que também constituem um conjunto de formas (semi)cristalizadas – pelo menos do ponto de vista sincrónico – e que pertencem a um fundo cultural compartilhado pela comunidade dos falantes de uma determinada língua.

Como indicam Xatara e Succi (2008: 36):

“Diz-se (...) que, quando um falante nativo de uma língua sabe empregar bem os provérbios ou outro fraseologismo qualquer, pode ser considerado um falante fluente na língua, e portanto, se um estrangeiro também souber empregá-los, maior mérito terá. Então, quanto mais provérbios forem empregados corretamente por um falante, mais domínio sobre essa língua ele comprovará ter, porque o seu uso requer competência lexical e cultural.”

Mas, como indicado no início destas reflexões, a questão da aquisição das UF é tema para um outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. (1978). *Teoria lingüística: Lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

CARAMORI, A. P. (2006). *Expressões idiomáticas em Rodari: Subsídios para a elaboração de um dicionário bilingüe (italiano-português)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CHACOTO, L. (2009). “*La Celestina* de Fernando de Rojas et la traduction portugaise des proverbes”, pp. 71-80. In Quitout, M. e Sevilla Muñoz, J. (eds.).

- CHAFE, W. L. (1970). *Meaning and the structure of language*. Chicago/Londres: University of Chicago Press.
- CORPAS PASTOR, G. (1996). *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos.
- FILLMORE, C. J. (1979). "On fluency". In Fillmore, C. J. et al. (eds.). *Individual differences in language ability and language behavior*, pp. 85-101. New York: Academic Press.
- GONÇALVES, D. C. e SABINO, M. A. (2001). "Desafios enfrentados para obter o domínio das expressões idiomáticas italianas". *Fragmentos*, N.º 21, pp. 61-76. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6540/6171>, consultado em dezembro de 2009.
- HOMOLOVÁ, E. (2010). "Proverbs and sayings in the lesson". *Humanising Language Teaching*, ano 12, Vol. 1. Documento Word, 6 páginas. Disponível em <http://www.htmag.co.uk/feb10/less.htm>, consultado em junho de 2010.
- MATIAS, L. C. (2008). *Expressões idiomáticas corporais no Dicionário Bilingüe de uso espanhol-português/ /português-espanhol (DiBU)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- ORTÍZ ÁLVAREZ, M. L. (1998). "Expressões idiomáticas: Ensinar como palavras, ensinar como cultura". In Feytor Pinto, P. e Júdeice, N. (orgs.). *Para acabar de vez com Tordesilhas*, pp. 101-117. Lisboa: Edições Colibri.
- ORTÍZ ÁLVAREZ, M. L. (2000). *Expressões idiomáticas do Português do Brasil e do Espanhol de Cuba: Estudo contrastivo e implicações para o ensino de Português como Língua Estrangeira*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- PEDRO, M. de L. (2007). *As expressões idiomáticas no ensino de Português como Língua Estrangeira para estudantes uruguaios*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- POLÓNIA, C. P. F. M. (2009). *As expressões idiomáticas em português língua estrangeira. Uma experiência metodológica*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- PRIVAT, M. (1997). "Traduction et proverbes dans le *Don Quijote*". *Thélème. Revista complutense de estudios franceses*, N.º 12, pp. 257-263. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/THEL/article/view/THEL9797220257A/33863>, consultado em junho de 2010.
- PRIVAT, M. (1998). "À propos de la traduction des proverbes". *Revista de Filología Románica*, N.º 15, pp. 281-289. Disponível em <http://revistas.ucm.es/fil/0212999x/articulos/RFRM9898110281A.PDF>, consultado em junho de 2010.
- QUITOUT, M. e SEVILLA MUÑOZ, J. (2009a). "Avant-propos", pp. 5-6. In Quitout, M. e Sevilla Muñoz, J. (eds.).
- QUITOUT, M. e SEVILLA MUÑOZ, J. (eds.) (2009b). *Traductologie, proverbes et figements*. Paris: L'Harmattan.
- REIS, S. R. N. (2008). *Uma comparação do tratamento de expressões idiomáticas em quatro dicionários bilingües francês/português e português/francês*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- RIVA, H. C. e RIOS, T. H. C. (2002). "Correspondência idiomática intra e interlínguas". *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, N.º 2. Documento em PDF, 8 páginas. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/rbla/2002_2/artigo7.pdf, consultado em novembro de 2009.
- ROCHA, R. (1995). *A enunciação dos provérbios: Descrições em francês e em português*. São Paulo: Annablume.
- RODRIGUES, G. (2009, novembro). "Lexicografia e o ensino de expressões idiomáticas da língua portuguesa". Comunicação apresentada no VII GTLEX, São José do Rio Preto, Unesp, 16 a 18 de novembro.

Resumo expandido no formato PDF, 7 páginas. Disponível em http://www.mel.ileel.ufu.br/qtlex/viiengtlex/pdf/resumos/Gislaine_Rodrigues.pdf, consultado em dezembro de 2009.

SANTOS, L. (2011). "Algumas reflexões sobre o ensino de tradução: O caso das expressões idiomáticas". In M. Teixeira, I. Silva e L. Santos (eds.). *Novos Desafios no Ensino do Português*, pp. 26-36. Santarém: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Disponível em <http://calameo.com/read/0011572884243fe54043b>, consultado em novembro de 2011.

SANTOS, L. (2012) "Sobre o ensino da tradução das expressões idiomáticas: Algumas reflexões". *Caderno Seminal Digital*, Vol. 18, N.º 18, pp. 60-75. Disponível em <http://www.dialogarts.uerj.br/php/cadernoseminal.php>, consultado em novembro de 2012.

STEINBERG, M. (1985). *1001 provérbios em contraste*. São Paulo: Ática.

SUCCI, T. M. (2006). *Os provérbios relativos aos sete pecados capitais*. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista.

TAGNIN, S. E. O. (1988). "A tradução dos idiomatismos culturais". *Trabalhos em Linguística Aplicada*, N.º 11, pp. 42-52.

TAGNIN, S. E. O. (1989). *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática.

WEHRLI, E. (2004, abril). "Traduction, traduction de mots, traduction de phrases". *TALN 2004*, Fez (Marrocos), 19 a 21 de abril. Documento em PDF, 9 páginas. Disponível em <http://aune.lpl.univ-aix.fr/jep-taln04/proceed/actes/taln2004-Fez/Wehrli.pdf>, consultado em novembro de 2009.

XATARA, C. M. (1995). "O resgate das expressões idiomáticas". *Alfa*, N.º 39, pp. 195-210.

XATARA, C. M. (1997). "A comparação nas expressões idiomáticas". *Alfa*, N.º 41, pp. 211-222.

XATARA, C. M. (1998). "Os dicionários bilíngues e o problema da tradução". In A. Oliveira, M. P. P. de e Isquierdo, A. N. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*, pp. 179-186. Campo Grande (MS): Ed. UFMS.

XATARA, C. M. (2001). "Dicionário de expressões idiomáticas francês-português/português-francês". *Idioma*, N.º 21. Documento em Word, 4 páginas. Disponível em <http://www.institutodeletras.uerj.br/igeral.html>, consultado em novembro de 2009.

XATARA, C. M. (2007). *Dictionnaire Électronique D'expressions Idiomatiques Français-Portugais/Portugais-Français*. Nancy (França): ATILF/CNRS. Disponível em www.cnrtl.fr/dictionnaires/expressions_idiomatiques/index_pf.php (em português) e www.cnrtl.fr/dictionnaires/expressions_idiomatiques (em francês), consultado em dezembro de 2009.

XATARA, C. M. e OLIVEIRA, W. L. de. (2002). *Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavras francês-português e português-francês*. São Paulo: Cultura.

XATARA, C. M. e SUCCI, T. M. (2008). "Revisitando o conceito de provérbio". *Veredas on line* (atemática), Vol. 1, pp. 33-48. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf>, consultado em junho de 2010.